

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Isto é Senhor*

Class.: 1860

Data: 29.08.90

Pg.: _____



RORAIMA

Atração fatal

Polícia volta a combater garimpo em terra ianomami

Volta a ficar tensa a situação em vários garimpos de Roraima. Entre sábado, 18, e segunda-feira, 20, a Polícia Federal retornou à região conhecida como Surucucu, 300 quilômetros a oeste de Boa Vista, para desarticular as atividades de garimpagem em torno de quatro pistas de pouso clandestinas. Na terça-feira, 21, a ação policial foi interrompida e o líder dos garimpeiros da região, José Altino Machado, candidato ao Senado pelo PMDB de Roraima, desembarcou em Brasília para negociar com o Ministério da Justiça e a Polícia Federal a reti-

rada dos garimpeiros, "sem a violência que vem ocorrendo". No dia seguinte, voltou a Roraima sem nenhuma posição definida pelo governo.

Resistência

O sexto round entre polícia e garimpo nesta reserva pode ter sido decisivo

Durante a ação policial foram destruídos equipamentos e alojamentos e queimado o combustível para as máquinas utilizadas na garimpagem. Segundo Nilson Campos, coordenador da Funai para aquela região, somente numa das áreas, conhecida como "Vale das Caveiras", esta foi a sexta ação dos federais. Para Carlos Vitor Muzzi, membro da Procuradoria Geral da República, a área é dos índios ianomami e não deve haver contemporização: "Estou oficiando à Polícia Federal para tomar conhecimento oficial dos fatos. Se a área foi invadida, devem ser presos os invasores e quem liderou a invasão", avisa.

A questão, no entanto, não é tão simples. A Justiça considera que a área de reserva ianomami deve ser contínua e tem 700 quilômetros de perímetro. Mas um decreto, que vigora com a assinatura do ex-presidente José Sarney, considera que a região está dividida em "ilhas" de reserva indígena permeada por florestas nacionais, onde é permitido o garimpo. Para a Justiça, no entanto, o período de "orientação" da polícia, uma espécie de observação da situação, já terminou, e a Lei 7.805, de 1989, já pode ser aplicada ao caso de invasão de áreas para garimpagem: em caso de prisão em flagrante, a lei prevê reclusão de três meses a três anos e apreensão de equipamentos, além do resultado da garimpagem.

Empossado na terça-feira, 21, na presidência da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães disse não saber ainda de que maneira a situação será resolvida. Disse ape-





CHICO FERREIRA

nas que utilizará Cr\$ 150 milhões liberados pelo governo federal para ajuda aos ianomami no financiamento das operações da Polícia Federal na

região. Guerreiro é mais um presidente da Funai empossado em meio a protestos de lideranças indígenas. O presidente Collor ignorou a indicação do indigenista Sidney Possuelo feita pelo presidente da União das Nações Indígenas, Marcos Tereza.

Para a Polícia Federal, o governo deve definir uma política única para a área. Os policiais, segundo um delegado da PF, "ficam à mercê de liminares, que um ou outro lado apresenta em seu favor" – o que causa sempre muita confusão. Em todo caso, a decisão tomada pelo presidente Collor em abril, de dinamitar todas as pistas clandestinas, vai continuar, garante o policial. Os garimpeiros, no entanto, não levam mais de dez horas para reconstruir as pistas dinamitadas.

Razia

Os garimpeiros perderam alojamentos, combustível e máquinas